



Conferência ASF 2026 – “Poupança com Propósito: o seu Futuro, o nosso Progresso”

Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças

12 de janeiro de 2026

Exmo. Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Dr. Gabriel Bernardino, a quem congratulo pela iniciativa,

Exmas. Senhoras e Senhores,

Sendo o tema desta conferência a poupança e o futuro, gostaria de começar por referir que Portugal encontra-se num momento de merecida e muito necessária estabilidade: um momento onde podemos, com tempo e espaço, planear um melhor futuro para os portugueses.

Antes de mais, permitam-me sublinhar o esforço significativo que tem sido desenvolvido por este Governo **na transposição e execução de atos jurídicos europeus no domínio do setor financeiro**.

Em abril de 2024 havia 18 processos pendentes, sendo que vários já com processo de infração, dos quais 13 na área financeira e 5 em matéria fiscal.

Tanto o XXIV Governo como o atual Executivo, através do Ministério das Finanças, têm vindo a levar a cabo um trabalho intenso de recuperação e conclusão desses processos legislativos, assegurando o pleno cumprimento das obrigações europeias e contribuindo para a estabilidade, previsibilidade e credibilidade do enquadramento regulatório do setor financeiro.

Não obstante os progressos já alcançados, subsistem **desafios relevantes no setor segurador**, em particular no que respeita à plena implementação e evolução do quadro prudencial decorrente da alteração à **Diretiva Solvência II**, bem como ao desenvolvimento e consolidação das novas regras europeias em matéria de **recuperação e resolução das empresas de seguros**.

Estes domínios exigem uma reflexão estratégica aprofundada e uma **atuação coordenada entre o Ministério das Finanças e a ASF**, o que tem sucedido e sucederá ainda com mais empenho com a nova liderança da ASF, de modo a assegurar os melhores resultados na implementação das normas europeias, garantindo simultaneamente a estabilidade

financeira, a proteção dos tomadores de seguros e a competitividade deste setor.

A resposta a estes desafios implicará um **esforço contínuo de ajustamento legislativo, reforço da supervisão e estreita articulação com o enquadramento europeu**, assegurando o pleno cumprimento das obrigações europeias e a construção de um setor segurador resiliente, sustentável e preparado para riscos emergentes.

Sabemos que, nestes quase dois anos, o Governo conseguiu executar um conjunto de medidas que promoveram o **crescimento da economia, reduziram a carga fiscal dos portugueses e reforçaram os rendimentos das famílias**, em particular dos pensionistas e dos mais vulneráveis.

Hoje, temos resultados visíveis tanto no **crescimento económico, como no excedente orçamental alcançado ou na redução da dívida pública**:

- Em 2025, a economia nacional deverá registar um crescimento em torno dos 2%, em linha com as projeções do Executivo e da maioria das instituições nacionais e internacionais;
- Adicionalmente, projetamos alcançar um *superavit* orçamental ligeiramente acima dos 0,3%;

- E continuamos uma trajetória de diminuição da dívida pública, que deverá brevemente descer a barreira dos 90% do PIB.

Neste contexto, Portugal tem sido reconhecido como um exemplo a nível europeu. Fomos distinguidos pela revista britânica *The Economist* como a "Economia do Ano" em 2025 e recebemos recentemente uma menção honrosa do Financial Times.

Como já disse, este reconhecimento não é apenas um título. Trata-se do resultado efetivo do extraordinário trabalho que as famílias e as empresas portuguesas têm feito nos últimos anos e também da trajetória de consolidação orçamental e de redução da dívida pública que está a ser seguida.

E, apesar da enorme incerteza internacional e dos riscos, as perspetivas económicas para 2026 são também positivas, sendo apoiadas pelas principais organizações nacionais e internacionais. Ainda, recentemente, no seu Relatório de *Economic Outlook*, a OCDE confirmou que os próximos anos serão positivos para Portugal, prevendo um crescimento de 2,2% do PIB em 2026. Um valor bem acima dos 1,2% previstos para o conjunto da Zona Euro.

Com efeito, o Relatório da OCDE reconhece que Portugal tem registado um forte desempenho, com:

- Um crescimento económico resiliente,
- Taxas de emprego historicamente elevadas,
- E uma progressiva e sustentada redução da dívida pública.

São constatações que evidenciam a **solidez da trajetória orçamental** que tem sido adotada por este Executivo.

Em 2026, iremos continuar esta trajetória, sem esquecer a **contínua redução dos impostos sobre as famílias e empresas, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e pensionistas e o apoio social aos mais desfavorecidos**.

As medidas que adotámos e que vamos continuar a adotar tiveram, também, claro, efeitos nas poupanças dos portugueses.

Segundos dados divulgados pelo INE, a **taxa de poupança dos portugueses encontra-se no nível mais elevado desde 2003**, atingindo 12,5% do rendimento disponível das famílias. Só em 2024, assistimos a uma subida de 4 pontos percentuais.

Estamos a conseguir um aumento gradual, mas estável, da taxa de poupança.

Por exemplo, a **subscrição de Certificados de Aforro**, que continuam a atrair a poupança de muitas famílias portuguesas, tem aumentado de forma muito significativa desde o início de 2023.

Os Certificados de Aforro contam hoje com quase **40 mil milhões de euros investidos**, o dobro do valor registado em janeiro de 2023, que era de 19 mil milhões de euros.

As **mudanças legislativas introduzidas por este Governo** contribuíram também para uma maior dinâmica e interesse por estes produtos de aforro.

No programa de governo, estabelecemos como objetivo **promover junto dos portugueses a poupança a médio e a longo prazo e elevar o nível de literacia financeira da população**, nas matérias relativas à poupança, investimento e preparação para a reforma.

Um dos primeiros passos para garantir este objetivo junto da população mais jovem, passou pela **implementação dos conteúdos de literacia financeira como conteúdos obrigatórios** nas escolas, já no ano letivo 2025/2026.

Também em 2025, executámos em Portugal o Regulamento Europeu relativo ao Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (o PEPP), criando um quadro regulatório e de supervisão.

Atribuímos, ainda, a estes produtos o regime fiscal previsto para os planos de poupança reforma (PPR).

Comprometemo-nos, também, ao nível europeu, a **contribuir ativamente para a construção da União de Poupanças e Investimentos**.

Esta iniciativa visa melhorar a forma como o sistema financeiro da UE canaliza as poupanças para investimentos produtivos.

Atualmente, cerca de **70% das poupanças dos europeus encontram-se em contas de depósito de baixo rendimento**. Ao mesmo tempo, a Europa tem dificuldade em satisfazer as suas necessidades de investimento.

Sabemos que a concretização da União da Poupança e dos Investimentos **exigirá esforços concertados e uma estreita colaboração** entre Estados-Membros, instituições de investimento e de financiamento, e autoridades de supervisão.

O setor dos seguros e fundos de pensões é, naturalmente, um **parceiro estrutural no cumprimento desta ambição**. Juntos, precisamos de fazer mais para fomentar a poupança dos cidadãos e a canalizar preciosos recursos privados para as empresas.

Neste sentido, gostaria de dirigir uma primeira palavra aos setores dos seguros e dos fundos de pensões em Portugal, que têm apresentado **uma solidez e rentabilidade crescentes**.

Com efeito, em 2024, e segundo dados da ASF:

- A avaliação dos riscos de rendibilidade e solvabilidade dos setores manteve-se no nível médio-baixo;
- Registou-se o aumento da rendibilidade dos capitais próprios;
- As margens e rácios de solvência mantiveram-se entre os 210% e os 214%, o que revela a solidez financeira dos setores e a sua capacidade para enfrentar potenciais choques adversos.

A relevância do setor segurador e do setor dos fundos de pensões é ainda ampliada pelo seu **contributo para a estabilidade financeira**, atuando como investidores institucionais de grande dimensão.

No seu total, o valor dos ativos do setor segurador e do setor dos fundos de pensões equivale a **cerca de 25% do PIB nacional**.

Não temos qualquer dúvida que é necessário ter estes setores rentáveis, pois só assim será possível que desempenhem

aquelas que são as suas funções primordiais: **proteger os cidadãos e garantir-lhes rendimentos adicionais na reforma.**

Sabemos que os seguros e os fundos de pensões não são apenas instrumentos financeiros – são pilares sociais, que protegem os cidadãos no presente e no futuro.

E, portanto, também o Estado tem quanto a estes setores uma responsabilidade clara.

Cabe-nos:

- assegurar um quadro regulatório estável e previsível,
- promover a manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores,
- e fomentar políticas públicas que incentivem a poupança responsável.

Em 2026, permanecem, no entanto, alguns desafios:

- Permitam-me sublinhar um ponto particularmente relevante num país como Portugal: a **dimensão intergeracional da poupança.**

Num contexto de envelhecimento populacional, é essencial garantir que as gerações mais jovens não veem o futuro com desconfiança, mas com a percepção de que o esforço de hoje terá retorno amanhã.

Promover instrumentos de poupança adequados aos diferentes momentos da vida e aos diferentes perfis dos consumidores é também promover a coesão social.

- É, no entanto, necessário garantir que estes produtos são rentáveis.

Esta é uma preocupação partilhada com a Comissão Europeia, que aponta a baixa rentabilidade da generalidade dos produtos de poupança comercializados na União Europeia.

Queremos incentivar o mercado a criar soluções de reforma em linha com os objetivos da União da Poupança e do Investimento.

- Não podemos também ignorar os desafios da transformação digital.

A inovação traz oportunidades relevantes, mas também riscos acrescidos.

Novos produtos, novos canais e novas formas de investimento exigem:

- uma supervisão atenta,
- a atualização constante dos quadros regulatórios,
- e o reforço da literacia financeira.

Neste domínio, Portugal tem demonstrado capacidade de adaptação, beneficiando de um diálogo construtivo entre reguladores, Governo e setor privado. **Esse diálogo é um ativo que devemos preservar.**

Quanto a este ponto, aproveito para **sublinhar a aprovação, na semana passada, da Agenda Nacional de Inteligência Artificial**, que estabelece uma visão clara na utilização de Inteligência Artificial de forma ética, segura e responsável, de modo a aproximar Portugal da vanguarda da competitividade europeia.

São apenas alguns exemplos do trabalho que tem vindo a ser feito e que queremos prosseguir. **Vamos continuar a reformar e transformar Portugal. Vamos continuar a ajudar os portugueses a ter uma vida melhor.**

Muito obrigado.